



**FUNDAÇÃO
CARDEAL
CEREJEIRA**

Demonstrações Financeiras 2021

Índice

• Balanço em 31 de dezembro de 2021.....	4
• Demonstração de Resultados em 31 de dezembro de 2021.....	5
• Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2021.....	6
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2020.....	7
• Demonstração das Alterações no Capital Próprio em 31 de dezembro de 2021.....	8

• Anexo

1	NOTA INTRODUTÓRIA.....	9
2	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	9
3	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS.....	9
3.1	BASE DE APRESENTAÇÃO.....	10
a)	Pressuposto da continuidade.....	10
b)	Regime do acréscimo.....	10
c)	Consistência de apresentação.....	10
d)	Classificação dos ativos e passivos não correntes.....	10
e)	Passivos contingentes.....	10
f)	Passivos financeiros.....	10
g)	Eventos subsequentes.....	10
h)	Derrogação das disposições do SNC.....	11
3.2	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	11
3.3	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	12
3.4	ATIVOS INTANGÍVEIS.....	12
3.5	IMPARIIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS.....	12
3.6	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS.....	13
3.7	INVENTÁRIOS.....	14
3.8	ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS.....	14
a)	Clientes, utentes e outras contas a receber.....	14
b)	Caixa e depósitos bancários.....	14
c)	Fornecedores e outras contas a pagar.....	15
d)	Financiamentos bancários.....	15
e)	Locações.....	15
f)	Ativos financeiros detidos para negociação.....	15
g)	Ativos não correntes detidos para venda.....	16
3.9	PROVISÕES.....	16
3.10	RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO.....	16
3.11	SUBSÍDIOS E DOAÇÕES.....	17
a)	Subsídios.....	17
b)	Doações.....	17
3.12	IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO.....	17
3.13	JUÍZOS VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS.....	17
3.14	ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES.....	18
4	FLUXOS DE CAIXA.....	18
5	ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS.....	19
6	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	19
7	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	20

8	PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS.....	20
9	INVENTÁRIOS.....	21
10	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	21
11	ATIVOS FINANCEIROS.....	22
11.1	OUTROS ATIVOS FINANCEIROS.....	22
11.2	CLIENTES / UTENTES.....	23
11.3	OUTRAS CONTAS A RECEBER.....	23
12	FUNDADORES / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS.....	24
13	DIFERIMENTOS.....	24
14	FUNDOS PATRIMONIAIS.....	24
15	Provisões.....	25
16	PASSIVOS FINANCEIROS.....	25
17	FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	26
18	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	27
19	RÉDITO.....	27
20	SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO.....	27
21	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	28
22	GASTOS COM O PESSOAL.....	29
23	(GASTOS) / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO.....	29
24	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS.....	30
25	OUTROS GASTOS E PERDAS.....	30
26	JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES.....	31
27	ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO.....	31



1. BALANÇO

(Valores expressos em euros)

ATIVO	Notas	2021	2020
Ativo não corrente			
Ativos tangíveis	6	2 459 556,29	2 511 661,80
Propriedades de investimento	7	58 512,10	74 553,74
Investimentos financeiros	10		
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8		
Outros Ativos financeiros	11	10 564,62	5 777,30
Total dos Ativos Não Correntes		2 528 633,21	2 591 992,84
Ativo corrente			
Inventários	9		
Clientes	12	41 175,98	40 936,85
Adiantamentos a fornecedores	12		
Estado e outros Entes Públicos	10		
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12		
Outras opções a receber	11	10 000,00	
Diferimentos	13	6 430,06	6 578,87
Outros Ativos financeiros	11		
Caixa e depósitos bancários	4	7 558 159,99	7 233 852,85
Total dos Ativos Correntes		7 615 736,03	7 281 388,57
Total do ativo		10 144 369,24	9 873 381,21

FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO

Fundos patrimoniais			
Fundos		823 393,16	823 393,16
Reservas		15 547,57	15 547,57
Resultados transferidos	14	6 587 579,37	6 830 366,50
Excedentes de revalorização	14	2 106 339,29	2 106 339,29
Resultado líquido do período		238 946,17	(241 719,13)
Outras variações nos fundos patrimoniais	15	147 032,87	152 102,98
Total dos Fundos patrimoniais		9 919 238,43	9 686 530,58

PASSIVO

Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas	15		
Financiamentos obtidos	17		
Outras contas a pagar			

Total do passivo não corrente

Passivo corrente			
Fornecedores c/c	14	54 155,26	35 402,11
Estado e outros entes públicos	13	21 145,29	20 964,04
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	12		
Financiamentos obtidos	17		
Outras contas a pagar	16	149 730,26	130 484,68
Diferimentos	13		

Total do passivo corrente

Total do passivo		225 030,81	186 850,83
-------------------------	--	-------------------	-------------------

Total dos fundos patrimoniais e do passivo		10 144 369,24	9 873 381,21
---	--	----------------------	---------------------

Para ser lido com as notas anexas 24 de informações financeiras

A Administração

Dr. Roberto Augusto Almeida

Dr. João Paulo Almeida

A Contabilidade Oficial

Dr. João Paulo Almeida

Dr. João Paulo Almeida

2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZAS

(Valores expressos em Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2021	2020
Vendas e Serviços Prestados	19	566 988,43	618 221,10
Subsídios, doações e legados à exploração	20	342 989,96	354 605,23
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias Consumidas	9	(632,10)	
Fornecimentos e Serviços Externos	21	(509 468,07)	(462 149,01)
Gastos com o Pessoal	22	(796 156,37)	(770 323,81)
Ajustamentos de Inventários (perdas/reversões)			
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		177 761,08	(9 783,43)
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades (perdas/reversões)			
Aumentos / reduções de justo valor	9, 11		
Outros rendimentos e ganhos	24	702 912,65	103 452,57
Outros gastos e perdas	25	(182 152,60)	(11 419,38)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		302 242,98	(177 396,73)
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	23	(63 262,24)	(64 311,03)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		238 980,74	(241 707,76)
Juros e rendimentos similares obtidos	26		
Juros e gastos similares suportados	26	(34,57)	(11,37)
Resultado antes de impostos		238 946,17	(241 719,13)
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		238 946,17	(241 719,13)

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações financeiras

A Administração

Dr. Pedro da Silva Almeida

A Contabilidade Certificada

C. Silva

Diogo Elvira Nogueira Leite

3. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

	Notas	2021	2020
Valores expressos em euros			
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais:			
Recebimentos de clientes		607 945,28	616 754,66
Pagamentos a fornecedores		(490 714,92)	(458 370,01)
Pagamentos ao pessoal		(787 362,50)	(770 323,81)
Caixa gerada pelas operações		(670 132,14)	(611 939,16)
Pagamento/recabimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		304 534,10	(24 275,58)
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)		(365 598,04)	(636 214,74)
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		9 267,25	-
Propriedades de investimento		14 350,41	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		4 787,52	-
		28 405,18	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		2 500,00	-
Propriedades de investimento		669 000,00	-
Investimentos financeiros		-	-
Outros Ativos		-	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		-	-
Dividendos		661 500,00	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)		689 905,18	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Cobertura de prejuízos		-	-
Doações		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-	-
Juros e gastos similares		-	-
Dividendos		-	-
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-
Outras operações de financiamento		-	-
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)		-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		324 307,14	(636 214,74)
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		7 233 852,85	7 418 163,94
Caixa e seus equivalentes no fim do período		7 558 159,99	7 233 852,85

Para ser lido com as notas anexas às demonstrações Financeiras

A Administração

A Contabilidade Certificada

6

Dr. João Paulo Vaz
Dr. João Paulo Vaz

Dr. João Paulo Vaz

Dr. João Paulo Vaz



A DEDICAZIONE DI UNO DEI PIÙ IMPORTANTI LAVORI DI RICERCA IN FARMACOLOGIA - EDITA DA EDIZIONE SCIENTIFICA

LEWIS AND CLARK

Transferências distribuídas aos titulares de ações da companhia-mãe								
	Reservas	(-)	Resultados transferidos	Outras transferências por decisão da administração	Ajustes em relação às ações da companhia-mãe	Gratificação de participação	Reserva de capitalização	Total das transferências
1	15.547,57	-	933.723,01	157.173,71	-	2.405.550,29	1.873.640,85	8.000.312,83
2	-	-	5.545.644,46	(3.070,12)	-	-	(5.423.640,08)	2.478,12
3	-	-	5.502.644,33	(3.070,12)	-	-	(5.498.640,08)	(5.070,12)
4 = 2 + 3	-	-	-	-	-	-	(248.795,13)	(248.795,13)

Puede que sea el fin de Partido 2008

...
...
...
...
...

411 443 444

REF

...

1

Plata sur illa com un noia a través del demoreu com si no ho

Abstract

A. Comptosia *Comptosia*

Diego El Ni Negro in leste



1. OBTENCIÓN DE LOS DATOS DE LAS FUENTES DE INFORMACIÓN. ENTREVISTA DE LOS

Plumbers Association was disappointed that it had not

[illegible]

Realized by RM de Perle, 2003

$$5 + 6 + 7 + 8 + 9$$

References

DEPT 14

FREE

INDEX

1

100

5. **Administrative**

A. Cereus blakei Christenhusz

0.4

Mr. Peter Meyer, 101 E. 12th St. N. Minneapolis, Minn.

Diese Elu. Di. Negerin-Liste

Anexo às Demonstrações Financeiras para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2021 *Dr. João Filipe Nunes Leite*

(Montantes expressos em Euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Fundação Cardeal Cerejeira tem a sua sede na Avenida Cidade Nova de Lisboa, traseiras da Rua Cidade do Negage nº. 7 e 9 cave, 1800-106 Lisboa, é instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de fundação de solidariedade social, com estatutos publicados no Diário da República n.º 92 de 19/04/1957, Série II; DR nº 107 de 14/08/1975, Série III e DR nº 291 de 19/12/1981 Série III, que tem por fim a solidariedade entre as pessoas, nomeadamente assistência cultural e recreativa (tais como centros de convívio e de repouso para a infância e terceira idade, organização de bibliotecas, colónias de férias na praia e campo, e ainda colaborar na elevação do nível religioso, moral e cultural das famílias, assim como higiénico, sanitário e económico, proporcionar habitação em boas condições económicas higiénicas e morais, àqueles que a não possuam ou não possam pelos seus fracos recursos consegui-la). A Fundação Cardeal Cerejeira exerce a sua atividade no plano nacional.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO E PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o disposto na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo - NCRF-ESNL, que integra o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, revisto pelo Decreto n.º 98/2015, de 2 de junho e no Aviso n.º 218/2015 de 27 de julho, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2021.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras da FCC são as que abaixo se descrevem, tendo sido consistentemente aplicadas aos exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 BASE DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo por base o modelo do custo e os seguintes pressupostos:

a) **Pressuposto da continuidade**

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da FCC, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

b) **Regime do acréscimo**

A FCC regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

c) **Consistência de apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhe dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo.

Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

d) **Classificação dos ativos e passivos não correntes**

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

e) **Passivos contingentes**

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

f) **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) **Eventos subsequentes**

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras.

Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício e que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3.2 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição, incluindo os impostos não dedutíveis, e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os gastos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil, ou a capacidade produtiva dos ativos são reconhecidos no custo do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros que lhe estão associados fluam para a entidade e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade;

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

Os gastos decorrentes de obras de adaptação em edifícios arrendados são reconhecidos como um gasto do período em função do período de arrendamento previsto nos respetivos contratos.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações nos restantes ativos são calculadas utilizando o método das quotas constantes, a partir da data em que se encontrarem disponíveis para uso.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de bens	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5-30
Equipamento básico	4-5
Equipamento de transporte	3-7
Ferramentas e utensílios	3-7
Equipamento administrativo	2-10
Outros ativos fixos tangíveis	4

Os ativos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/promoção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Estes bens são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos operacionais" ou "Outros gastos operacionais", consoante se trate de mais ou menos valias.

3.3 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do Fundo Patrimonial. Estes ativos não se destinam à produção ou fornecimento de bens e serviços nem para fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo, enquanto as propriedades de investimento recebidas por doação são registadas ao justo valor, o qual é determinado pela avaliação efetuada por uma entidade especializada, ou de acordo com o valor patrimonial tributário, na ausência de outra determinação de justo valor.

Os ativos promovidos e construídos qualificados como propriedades de investimento só passam a ser reconhecidos como tal após o início da sua utilização. Até terminar o período de construção ou promoção do ativo a qualificar como propriedade de investimento, esse ativo é registado pelo seu custo de aquisição ou produção na rubrica "Propriedades de Investimento em desenvolvimento". No final do período de promoção e construção desse ativo a diferença entre o custo de construção e o justo valor nessa data é registada diretamente na demonstração dos resultados na rubrica "Variação de valor das propriedades de investimento".

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre Imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizados na rubrica propriedades de investimento.

3.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a FCC, sejam controláveis pela FCC e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que são incorridos.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual corresponde genericamente a 3 anos.

3.5 IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimado a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de

caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escuriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio.

Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM SUBSIDIÁRIAS

Os investimentos financeiros em empresas associadas nas quais a FCC tenha uma influência significativa ou onde exerce o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa, são registados pelo método da equivalência patrimonial na rubrica "Investimentos financeiros em equivalência patrimonial".

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação da Empresa nos resultados líquidos das empresas associadas e participadas, por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos, líquido de perdas de imparidade acumuladas.

Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida é considerado "Goodwill", sendo adicionado ao valor do balanço do investimento financeiro e a sua recuperação analisada anualmente como parte integrante do investimento financeiro, e caso a diferença seja negativa ("Badwill"), após reconfirmação do processo de valorização e caso este se mantenha na demonstração dos resultados.

É efetuada uma avaliação dos investimentos financeiros em empresas associadas ou participadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração dos resultados sempre que tal se confirme.

Quando a proporção da FCC nos prejuízos acumulados das empresas associadas ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão na rubrica do passivo "Provisões" para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao

Interesse da Empresa nas mesmas por contrapartida do investimento nessas entidades. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

3.7 INVENTÁRIOS

Os "Inventários" estão registados ao custo de aquisição. O valor realizável líquido representa o preço de consumo deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder ao seu consumo. Sempre que o valor de custo seja superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda de imparidade.

O método de custeio dos inventários adotado pela FCC consiste no custo médio.

3.8 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a entidade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Um ativo financeiro é qualquer ativo que seja dinheiro ou um direito contratual de receber dinheiro.

Um passivo financeiro é qualquer passivo que se consubstancie numa obrigação contratual de entregar dinheiro.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados:

- a. ao custo, deduzido de qualquer perda por imparidade
- b. ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

a) Clientes, utentes e outras contas a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, reconhecidas nas rubricas "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

b) Caixa e depósitos bancários

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com maturidades até três meses. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

0.6.7
Mz

Dr. Filipe Nogueira Leite

c) **Fornecedores e outras contas a pagar**

As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

d) **Financiamentos bancários**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a FCC tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

e) **Locações**

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas 2.2. e 2.3. acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

f) **Ativos financeiros detidos para negociação**

Os ativos financeiros detidos para negociação são reconhecidos na data em que são substancialmente transferidos, os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o ativo ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são denominados "Outros investimentos" e encontram-se mensurados pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidades acumuladas.



g) Ativos não correntes detidos para venda

Os investimentos disponíveis para venda consideram-se aqueles que não são enquadráveis nem como "investimentos mensurados ao justo valor" através de resultados nem como "investimentos detidos até à maturidade". Estes ativos são classificados como "ativos não correntes", exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses a contar da data de balanço.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago incluindo despesas de transação, no caso de investimentos disponíveis para venda.

Após o reconhecimento inicial, os "investimentos mensurados ao justo valor através de resultados" e os "investimentos disponíveis para venda" são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação ou valor de avaliação independente), sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos "investimentos disponíveis para venda" são registados no capital próprio, na rubrica "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

3.9 PROVISÕES

A FCC analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultam de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e

montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

3.10 RÉDITO E REGIME DO ACRÉSCIMO

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da FCC. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A FCC reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a entidade obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma venda estejam substancialmente resolvidas. A FCC baseia as suas estimativas

em resultados históricos, considerando o tipo de cliente, a natureza da transação e a especificidade de cada acordo.

Os rendimentos são reconhecidos na data da prestação dos serviços.

O crédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a FCC e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade

3.11 SUBSÍDIOS E DOAÇÕES

a) Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a FCC cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de subsidiadas, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis devem ser inicialmente reconhecidos nos Fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

b) Doações

Os ativos recebidos por herança ou doação são registados no ativo, ao justo valor, de acordo com o preconizado na Portaria nº 218/2015, de 23 de julho, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade, as doações que estejam associadas a ativos depreciables / amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais", sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos – Imputação de doações para investimentos", à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

3.12 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com o Despacho nº ---, de -- de --- de , publicado no Diário da República, nº --, de 3 de --- de 201-- a Direção Geral das Contribuições e Impostos, isenta a Fundação Cardeal Cerejeira de imposto sobre o rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), agrícolas, de capitais, prediais e de mais-valias.

3.13 JUÍZOS VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relacionadas de ativos e passivos, assim como as quantias relacionadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorrerem posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

As estimativas contabilísticas significativas mais comuns são:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões;
- d) Determinação do justo valor de ativos fixos tangíveis e intangíveis;

3.14 ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (ou seja acontecimentos ocorridos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (ou seja acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31.12.2021 e 31.12.2020 detalha-se conforme se segue:

	31-12-2021	31-12-2020
Numerário	2 227,10	3 457,75
Depósitos bancários	7 555 932,89	7 230 396,10
	7 558 159,99	7 233 852,85

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

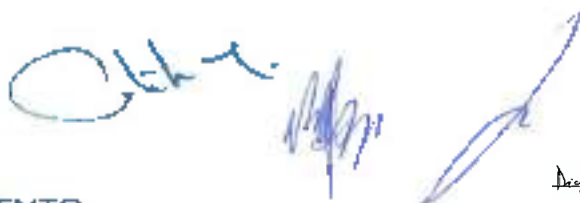
Durante o exercício de 2021 não se verificaram alterações nas políticas contabilísticas nem correções de erros materialmente relevantes.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações, nos exercícios de 2021 e de 2020 foi o seguinte:

Ativos	Transferência e reserva adicional	2020					Total
		Edifícios e outros imóveis	Equipamentos básicos	Equipamentos tangíveis	Equipamentos não tangíveis	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo Inicial		3.552.270,45	39.452,11	133.285,15	253.167,70	13.181,95	4.017.697,36
Aquisições							
Transferências							
Ativos			6.701,67	32.075,34	36.492,15	3.496,46	78.765,62
Depreciações							
Outros valores							
Saldo Final		3.552.270,45	46.153,78	165.360,49	289.659,85	16.678,41	4.099.592,98
Amortizações acumuladas							
Saldo Inicial		881.573,15	36.482,11	151.545,15	253.099,57	13.149,49	1.405.849,57
Amortizações do exercício		29.033,42			3.218,15		32.251,57
Atenuações							
Transferências							
Ativos			6.701,67	32.075,34	36.492,15	3.496,46	78.765,62
Depreciações							
Saldo Final		910.606,57	43.183,78	183.620,54	286.317,72	16.645,95	1.439.354,56
Total dos ativos fixos tangíveis		2.641.663,88					2.660.238,42

Ativos	Transferência e reserva adicional	2021					Total
		Edifícios e outros imóveis	Equipamentos básicos	Equipamentos tangíveis	Equipamentos não tangíveis	Outros ativos fixos tangíveis	
Saldo Inicial		3.552.270,15	80.891,10	121.514,65	224.675,57	16.725,43	3.996.076,90
Aquisições				4.580,96	767,16		5.348,12
Transferências				31.186,86			31.186,86
Ativos							
Depreciações							
Outros valores							
Saldo Final		3.552.270,15	80.891,10	152.701,61	225.442,73	16.725,43	4.028.120,92
Amortizações acumuladas							
Saldo Inicial		1.046.646,55	36.341,10	121.514,65	224.675,57	16.725,43	1.445.893,25
Amortizações do exercício		46.053,42		2.125,00	3.12,14		49.290,56
Atenuações				31.186,86			31.186,86
Transferências							
Ativos							
Depreciações							
Saldo Final		1.092.699,97	36.341,10	153.640,65	227.787,71	16.725,43	1.497.194,86
Total dos ativos fixos tangíveis		2.448.963,92		9.060,96	453,87		2.458.478,75



Diogo Filipe de Aguiar Leite

7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, o movimento ocorrido em propriedades de investimento, foi o seguinte:

2021							
Ativos	Tributos e recursos atribuídos	Saldo inicial e outras alterações	Equipamentos habitacionais	Equipamentos de apoio	Outros Ativos de Investimento	Ativos de Investimento em curso	Total
Saldo Inicial	-	131.153,43	-	-	-	-	131.153,43
Aquisições	-	-	-	-	-	-	-
Alterações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Ativos	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	131.153,43	-	-	-	-	131.153,43
Amortizações acumuladas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Inicial	-	58.009,21	-	-	-	-	58.009,21
Amortizações do exercício	-	1.997,43	-	-	-	-	1.997,43
Alterações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Ativos	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	60.006,64	-	-	-	-	60.006,64
Total dos ativos de investimento	-	191.160,07	-	-	-	-	191.160,07

2020							
Ativos	Tributos e recursos atribuídos	Saldo inicial e outras alterações	Equipamentos habitacionais	Equipamentos de apoio	Outros Ativos de Investimento	Ativos de Investimento em curso	Total
Saldo Inicial	-	137.108,43	-	-	-	-	137.108,43
Aquisições	-	-	-	-	-	14.350,41	14.350,41
Alterações	-	(60.175,93)	-	-	-	-	(60.175,93)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Ativos	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-
Outras variações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	76.932,50	-	-	-	14.350,41	91.282,91
Amortizações acumuladas	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Inicial	-	58.009,09	-	-	-	-	58.009,09
Amortizações do exercício	-	1.899,66	-	-	-	-	1.899,66
Alterações	-	(21.576,52)	-	-	-	-	(21.576,52)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Ativos	-	-	-	-	-	-	-
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-
Saldo Final	-	38.332,23	-	-	-	-	38.332,23
Total dos ativos de investimento	-	115.264,73	-	-	-	14.350,41	129.615,14

8 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem investimentos em subsidiárias.

0.6.7.1.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Dr. João Carlos Nogueira Leite

9 INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, os inventários eram detalhados conforme se segue:

	2021			2020		
	Montante Bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido	Montante Bruto	Perdas por Imparidade	Montante Líquido
Mercadorias	-	-	-	-	-	-
Matérias-Primas, acabamentos e de consumo	-	-	-	-	-	-
Total	-	-	-	-	-	-

CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS E VARIAÇÃO DOS INVENTÁRIOS DE PRODUÇÃO

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhado conforme se segue:

	2021		
	Mercadorias	MP.Subsidiárias Consumidas	Total
Saldo Inicial	-	-	-
Compras	-	632,10	632,10
Regularizações	-	-	-
Saldo final	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas	-	632,10	632,10

	2020		
	Mercadorias	MP.Subsidiárias Consumidas	Total
Saldo inicial	-	-	-
Compras	-	-	-
Regularizações	-	-	-
Saldo final	-	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das mat. Consumidas	-	-	-

10 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com o Despacho de 24 de Abril de 1990, publicado no Diário da República, nº 135, de 12 de Dezembro de 1990 a Direcção Geral das Contribuições e Impostos, isenta a Fundação Cardeal Cerejeira de

Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas em relação às categorias de rendimentos comerciais e industriais (no âmbito dos seus fins estatutários), de capitais, prediais e de mais-valias.

11 ATIVOS FINANCEIROS

Os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são discriminados da seguinte forma:

ATIVOS FINANCEIROS	2021	2020
	Montante Líquido	Montante Líquido
Não corrente		
Ativos financeiros ao justo valor		
Outras aplicações financeiras	-	-
Ativos financeiros ao custo		
Investimentos financeiros	-	-
Corrente		
Disponibilidades:		
Caixa e depósitos bancários	7 555 192,99	7 233 852,85
	7 555 192,99	7 233 852,85
Ativos financeiros ao justo valor		
Outras aplicações financeiras	-	-
Ativos financeiros ao custo:		
Clientes	41 175,93	40 956,85
Adiantamentos a Fornecedores	-	-
Outras contas a receber	10 020,00	-
	51 195,93	40 956,85
	7 606 388,92	7 274 809,70

11.1 OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

A rubrica de "Outras aplicações financeiras" refere-se essencialmente, a instrumentos financeiros corrente e não correntes. As valorizações destes instrumentos encontram-se registados na rubrica "Aumentos/ (reduções) de justo valor" na Demonstração dos Resultados. Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

OUTRAS ATIVOS FINANCEIROS - CORRENTES
2021
2020

	-	-
	-	-
	-	-

2021
2020

Saldo a 1 de janeiro	-	-
Aquisições no período	-	-
Alienações no período	-	-
Aumento/diminuição no justo valor	-	-
Justo valor a 31 de dezembro	-	-

OUTROS ATIVOS FINANCEIROS - NÃO CORRENTES
2021
2020

Fundos Compensação do trabalho	10 564,82	5 777,30
	10 564,82	5 777,30

11.2 CLIENTES / UTENTES

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Clientes\Utentes" tinha a seguinte composição:

	2021		2020	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Clientes				
Clientes Gerais	-	250 482,66	-	431 276,85
Total Clientes gerais	-	250 482,66	-	431 276,85
Utentes				
Mansplidades a Receber	-	13 976,69	-	10 597,23
Total Utentes	-	13 976,69	-	10 597,23
Perdas por imparidade acumuladas	-	264 459,35	-	441 874,08
Total	-	-	-	-

11.3 OUTRAS CONTAS A RECEBER

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Outras Contas a Receber" tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outras dívidas	10 000,00	-
Total	10 000,00	-

12 FUNDADORES / PATROCINADORES / DOADORES / ASSOCIADOS / MEMBROS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Fundadores / Patrocinadores/Associados", não existem movimentos.

13 DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 o saldo da rubrica "Diferimentos", tinha a seguinte composição:

Diferimentos (Ativo)	2021	2020
Seguros	3 532,41	6 578,87
Outros gastos a reconhecer	2 867,65	
Total	6 400,06	6 578,87
Diferimentos (Passivo)	2021	2020
	-	-
	-	-
	-	-
Total	-	-

14 FUNDOS PATRIMONIAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, os movimentos ocorridos na rubrica "Resultados Transitados" analisa-se como se segue:

	2021	2020
1 de janeiro	6 830 366,50	940 725,65
Aplicação do resultado líquido do exercício anterior	(241 719,13)	5 929 640,85
Regularizações	(1 068,09)	-
Total em 31 de dezembro	6 587 579,37	6 830 366,50

Outras variações nos fundos patrimoniais

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" analisa-se como se segue:

	Subsídios ao Investimento	Doações	Lucros não atribuídos	Outras	Total
1 de Janeiro 2020	157 173,11	-	-	-	157 173,11
Aumentos					-
Reconhecimento em proveitos	(5 070,12)		-		(5 070,12)
Regularizações					-
Total em 31 de dezembro 2020	152 102,99	-	-	-	152 102,99
1 de Janeiro 2021	152 102,99	-	-	-	152 102,99
Aumentos					-
Reconhecimento em proveitos	(5 070,12)				(5 070,12)
Regularizações					-
Total em 31 de dezembro 2021	147 032,87	-	-	-	147 032,87

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, na rubrica "Outras variações nos fundos patrimoniais" e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. No exercício de 2021 foi reconhecido como proveitos um montante de 5.070,12 euros.

15 Provisões

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem provisões.

16 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as rubricas de "Fornecedores e de "Outras contas a Pagar" apresentava a seguinte composição:

Q. h. t.
Dr. João Filipe Nogueira Leite

Passivos financeiros	2021	2020
Não corrente		
Outras contas a pagar		
Total	-	-
Corrente		
Fornecedores, conta corrente	54 155,26	35 402,11
Outras contas a pagar		
Férias, subsídios férias e outros encargos c/pessoal (1)	98 383,74	89 527,83
Fornecedores de imobilizado	-	-
Outros credores	51 346,52	5 554,74
	149 730,26	95 042,57
Total	203 885,52	130 434,68

(1) Férias, subsídios de férias e respetivos encargos, relativos ao exercício em análise, cujo vencimento e fluxo financeiro só irá ocorrer no exercício seguinte.

17 FINANCIAMENTOS OBTIDOS

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existe qualquer Financiamento obtido.

Locações Financeiras

A 31 de dezembro de 2021 e 2020, não existem locações.

18 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 as rubricas "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

	2021		2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre rendimentos Pessoas Singulares (IRS)	-	4 927,18	-	4 690,42
Imposto sobre valor acrescentado (IVA)	-	-	-	-
Contribuições para a segurança social	-	16 000,61	-	15 665,26
Outros impostos	-	217,50	-	608,86
Total	-	21 145,29	-	20 964,04

19 RÉDITO

O rédito reconhecido pela FCC nos exercícios de 2021 e 2020 é descrito da seguinte forma:

	2021	2020
Vendas de bens	-	-
Prestação de serviços	-	-
Jardim de Infância	23 333,94	21 256,80
Centro de Dia	39 259,56	39 555,95
Centro de Convívio	672,04	1 155,56
Apoio Domiciliário	64 884,55	80 704,26
Lar da Mosa	438 838,34	475 548,73
	566 988,43	618 221,10
Total	566 988,43	618 221,10

20 SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a FCC beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

Subsídios à Exploração
Instituto Segurança Social:

Jardim da Infância	57 707,48	55 529,30
Centro da Dia	21 699,27	41 418,59
Centro de Convívio	397,55	4 255,52
Apoio Domiciliário	76 795,47	97 670,75
Lar de Idosos	170 888,97	146 087,07

Outros:

Camara Municipal de Sintra	8 000,00	7 644,00
União de Freguesias	-	2 000,00
IEFP	6 782,97	
Iapmei - CRMMG	718,25	-

Total	342 989,96	354 605,23
--------------	-------------------	-------------------

As comparticipações do Instituto de Segurança social, estão relacionadas com os vários serviços prestados à comunidade pela Fundação Cardeal Cerejeira, e são definidos de acordo com o número de Utentes dos serviços comparticipados.

21 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de 'Fornecimentos e serviços externos' nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme segue:

	2021	2020
Subcontratos	-	-
Trabalhos especializados	225 682,69	216 515,19
Publicidade e propaganda	-	-
Vigilância e segurança	1 289,00	1 346,81
Honorários	60 047,04	81 777,34
Comissões	16 531,49	-
Conservação e manutenção	20 658,17	19 182,65
Serviços bancários	1 061,55	1 629,51
Outros serviços	939,25	728,07
Outros materiais	20 659,12	12 956,02
Electricidade	37 778,65	23 720,70
Combustíveis	41 448,40	34 818,73
Água	15 013,85	10 077,01
Deslocações, táxis e transportes	2 622,00	2 121,15
Alugueres e rendas	4 490,57	3 517,42
Comunicação	12 283,07	11 562,06
Seguros	19 728,31	23 190,57
Comércio e notariado	1 332,35	1 763,25
Gastos de representação	-	-
Limpeza, higiene e conforto	21 407,06	15 251,61
Total	508 468,07	482 149,01

22 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de "Gastos com o pessoal" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é detalhada conforme segue:

	2021	2020
Remunerações certas	439 654,17	434 871,44
Remunerações adicionais	103 376,00	95 641,76
Outras remunerações	107 880,14	93 778,13
Encargos com remunerações	-	130 984,43
Seguros trabalho e doenças profissionais	11 221,83	7 952,29
Outros gastos com o pessoal	2 964,75	7 755,76
Total	796 196,97	770 323,81

O número médio de colaboradores ao serviço da Instituição durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 ascendeu a 48 e 54, respetivamente.

23 (GASTOS) / REVERSÕES DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

A decomposição da rubrica de "Gastos / reversões de depreciação e de amortização" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 é conforme segue:

O. L. T. *Alf* *Diogo Elísio Nogueira Leite*

	2021	2020
Ativos fixos tangíveis	61 372,56	62 313,55
Propriedades de investimento	1 289,68	1 997,48
Ativos fixos intangíveis	-	-
Total	63 262,24	64 311,03

24 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 é conforme segue:

	2021	2020
Rendimentos suplementares		
Descontos de pronto pagamento obtidos	-	-
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	657 336,10	31 144,18
Correções relativas a períodos anteriores	2 834,29	-
Imputação de subsídios para investimentos	-	-
Donativos	1 842,10	526,40
Outros	40 900,17	71 281,99
Total	702 912,65	103 452,57

25 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de "Outros gastos e perdas" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e em 2020 é conforme segue:

	2021	2020
Impostos	8 435,32	11 358,72
Correções relativas a períodos anteriores	172 132,27	-
Donativos	-	-
Quotizações	1 510,00	60,00
Outros	75,01	0,66
Total	182 152,60	11 419,38

Diego Elvira Nogueira Leite

	2021	2020
Juros suportados	-	-
Financiamentos bancários	-	-
Outros gastos de financiamentos	34,37	11,37
Total	34,37	11,37

	2021	2020
Juros Obtidos	-	-
Depósitos em instituições de crédito	-	-
Total	-	-

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

A Covid-19 foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como pandemia no dia 11 de março de 2020, e ainda não tem o seu fim à vista. Conforme referido na Resolução do Conselho de Ministros n.º 2-A/2022, de 6 de janeiro, a evolução recente da situação epidemiológica causada pelo vírus SARS-CoV-2 e pela doença Covid-19 tem originado uma realidade em que apesar de se verificar o agravamento dos indicadores de incidência e transmissibilidade do vírus, de certa forma a capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde (SNS) tem sido garantida, devido sobretudo à elevada taxa de vacinação e ao cumprimento das medidas de prevenção em vigor desde 1 de dezembro de 2021. Mas apesar disso, a incerteza a respeito da evolução da pandemia exige cautela e prudência na adoção de medidas que procurem combater o agravamento da situação epidemiológica.

Para além da pandemia a invasão da Rússia à Ucrânia está a criar instabilidade nos mercados uma crise humanitária e são os mais vulneráveis que sofrem as piores consequências, neste sentido o trabalho da Fundação Cardeal Cerejeira não pode parar e os seus colaboradores estão e estarão sempre disponíveis, para responder, ajudar e acompanhar as solicitações, necessidades e prioridades da comunidade.